

II. DOSSIÊ

INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ “A ANTIGUIDADE DO NORDESTE AFRICANO”

O nordeste do continente africano tem um papel central na narrativa histórica dos últimos 10 mil anos da existência humana. Esta narrativa ganhou forma na Europa dos séculos XVIII e XIX e tratou de identificar, especialmente no vale do Nilo, um dos berços daquilo que veio a se chamar civilização (Wengrow 2010). A decifração — hoje bicentenária — da escrita hieroglífica e o avanço da pesquisa arqueológica no contexto da disputa colonial pelo controle do Egito e do acesso ao Mar Vermelho (Carruthers 2022), produziram a representação de um Egito “eterno”, repleto de maravilhas e tomado como tipo ideal das experiências humanas do nordeste da África, da pré-história ao mundo contemporâneo. Isso resultou, por exemplo, em problemas na compreensão da diversidade e da complexidade próprias das sociedades neolíticas da região até o fim do Período Pré-Dinástico (entendidas à luz de conceitos faraônicos posteriores) (e.g. Köhler 2010; cf. Wengrow et al. 2014) ou na caracterização das sociedades núbias como inferiores e menos complexas do que a sociedade faraônica (ver Lemos 2022). Essa versão de um Egito antigo “eterno” (Moreno García 2015) ainda encontra ecos na produção acadêmica internacional, mas vem sendo gradualmente desconstruída e substituída por versões mais críticas do passado antigo da região (Wendrich 2010; Smith, nesta edição).

O vale do Nilo foi palco de uma sociedade estatal complexa, com uma vida urbana pujante e uma produção artística que vai da literatura à monumentalidade. Restava aos intelectuais da burguesia europeia a resolução da aparente contradição entre a grandiosidade egípcia e o discurso do atraso civilizacional africano, que justificava a violência colonial com base na racialização e no supremacismo branco. Este esforço intelectual acabou servindo como um dos eixos da nascente Egiptologia, que respondeu ao desafio prontamente, indicando o caráter excepcional de uma parte do vale do Nilo frente ao restante da África. O Egito estivera isolado por suas condições geográficas e, ao mesmo tempo, fazia parte daquilo que foi chamado de Antigo Oriente Próximo. Assim, o

passado faraônico (e mesmo núbio!) foi colonizado, embranquecido e explicado através de teorias difusionistas pseudocientíficas (ver Wengrow 2003). Embora esta tenha sido a narrativa hegemônica, vozes dissonantes defenderam a africanidade egípcia dentro e fora da Academia (Davies, nesta edição).

A partir da influência das teorias críticas às diferentes manifestações da colonialidade, entendemos que todo o conhecimento tem um propósito social e político. Vivemos num país com raízes africanas tão profundas quanto as chagas abertas pelo racismo. As primeiras décadas deste milênio foram testemunhas de importantes avanços políticos no reconhecimento destas raízes e na criminalização do racismo estrutural. A partir da luta dos movimentos sociais, o Brasil aprovou a obrigatoriedade da reflexão sobre as histórias africanas e indígenas nas escolas e universidades com as leis 10639, de 2003, e 11645, de 2008. Nós, organizadores deste dossiê, fomos formados neste contexto progressista e, infelizmente, todas estas se deterioraram nos últimos anos. É também por assumir nossa parte na responsabilidade política do conhecimento que surgiu o recorte espacial deste dossiê. Precisamos conhecer e nos apropriar da história africana em suas múltiplas temporalidades.

O artigo seminal de Stuart Tyson Smith, *Gift of the Nile? Climate change, the origins of Egyptian civilization and its interactions within Northeast Africa*, publicado em 2018 e traduzido para o português nesta edição da *Mare Nostrum*, é o ponto de partida da discussão que pretendemos estabelecer com a publicação deste dossiê temático. Acreditamos que a perspectiva oferecida por Smith em seu artigo é basilar para a crítica das concepções isolacionistas e excepcionalistas tradicionais que retiram do Egito antigo sua essência africana. Usando dados levantados por escavações arqueológicas da Universidade da Califórnia em Santa Barbara na região da terceira e da quarta cataratas do Nilo, no Sudão, o texto de Smith nos mostra que a sociedade faraônica mantinha traços muito mais próximos de outras culturas africanas do que fizeram crer interpretações que mostravam o Egito como próximo-oriental ou mesmo mediterrânico. Antes mesmo do processo de desertificação do Saara, havia um complexo cultural pastoril, tal como proposto por Wengrow e seus colaboradores (2014), difundido no nordeste africano. Este complexo produziu a base da qual emergiu a sociedade faraônica e manteve elementos culturais em diversos outros grupos na história africana, incluindo as modernas culturas nilóticas pastoris (que devem ser vistas como portadoras de tradições compartilhadas com o passado egípcio, muito mais do que como “sobrevivências”). Através de uma análise com forte influência dos estudos paleoclimáticos, o autor afirma taxativamente que,

embora se relacionasse com o Antigo Oriente Próximo e com o Mediterrâneo, o Egito esteve incrustado de maneira profunda na África, sem nunca ter abandonado suas redes culturais e comerciais com a Núbia, os povos do deserto e outros grupos subsaarianos. Essa perspectiva abre caminhos para futuras abordagens de complexidades outras na região, tanto na pré-história do nordeste africano, quanto em períodos em que o Egito interagiu com outras sociedades, ideologicamente inferiorizadas pela realeza e pelas elites faraônicas (ver Smith 2003).

A crítica ao isolacionismo egípcio também é tema do artigo de Juan Carlos Moreno García, que comprova a existência de uma densa rede de trocas conectando o nordeste africano à Eurásia durante o período do Bronze Inicial (3300-2100 a.C.). Se o surgimento do Estado faraônico esteve, como argumentado no artigo de Stuart Smith, relacionado ao complexo cultural pastoril do nordeste africano, os vínculos comerciais com regiões tão distantes quanto o norte do Oceano Índico e a África subsaariana também foram fundamentais neste processo. Todavia, ao contrário da hipótese tradicional do controle estatal rígido sobre trocas de longa distância exclusivamente de bens de prestígio, Moreno García apresenta indícios sólidos do envolvimento de homens e mulheres que atuavam como agentes independentes, negociando, inclusive, bens comuns. Caravanas cruzavam rotas pelo deserto, conectando o Egito à Eurásia, mas o autor concorda com os argumentos do artigo de Stuart Smith, afirmando que os contatos com o Mediterrâneo e o Oriente Próximo nunca foram tão intensos quanto aqueles com os povos núbios. Negando o excessivo papel do Estado, consolidado a partir da perspectiva orientalista orientada pelo conceito de despotismo oriental, Moreno García indica que os fluxos de trocas externas aumentaram em períodos de descentralização do poder estatal e que, ao contrário do expresso pelas fontes oficiais faraônicas, as redes de trocas eram mantidas pela colaboração essencial de mediadores estrangeiros e habitantes do deserto. Trata-se de uma perspectiva crucial para entendermos complexidades outras atuantes no nordeste africano antigo, elementos das quais podem ser observados no Sudão (Manzo 2017; Gatto 2019; Lemos e Budka 2021).

Os povos do deserto do nordeste africano também são o objeto do artigo de Julien Cooper. A narrativa histórica do progresso civilizacional entendeu o nascimento da civilização no vale do Nilo como produto do isolacionismo proporcionado pelos desertos adjacentes. A civilização seria fruto do sedentarismo, da organização estatal e da vida urbana, ameaçadas pela barbárie dos povos nômades, os inimigos, saqueadores dos desertos. Cooper nos mostra um cenário muito mais complexo nos Estados nômades,

tanto internamente quanto em suas conexões com o Egito faraônico. Fazendo uma leitura a contrapelo das fontes textuais egípcias e mobilizando os vestígios das culturas materiais nômades, o autor aponta um equilíbrio simbiótico de longa duração entre os habitantes do vale do Nilo e os povos paranilóticos, marcado por acordos baseados em parentesco e alianças políticas sofisticadas. O artigo deixa claro que, mais do que uma oposição entre civilizações sedentárias e barbárie nômade, o nordeste africano era palco de uma colcha de retalhos de entidades políticas nômades que se estendiam muito além do vale do Nilo e caracterizavam uma miríade de formas sociais, que garantia uma extensa diversidade cultural detectável, por exemplo, na cultura material desses grupos

Mesmo tomando o Nilo como eixo, é fundamental descentrar o estudo da Antiguidade do nordeste africano da sociedade egípcia e reconhecer outras sociedades nilóticas. Este é o caso do artigo de Henry Bishop-Wright, que analisa o reino de Meróe partindo de uma seleção de objetos importados, utilizados nos contextos funerários do cemitério de Faras, estudados a partir dos relatórios de escavação preservados no Griffith Institute (Oxford). O texto de Bishop-Wright critica posições tradicionais que identificam uma superioridade cultural da civilização greco-romana do Egito sobre a sociedade meroítica, representada por perspectivas que defendem teses de aculturação. Como demonstra o autor, o aspecto dominante do ritual funerário meroítico permaneceu associado aos traços nativos ligados a bebidas e libações, a despeito dos contatos prolongados com a cultura greco-romana. Os objetos importados presentes nos conjuntos funerários de Faras estavam quase sempre associados à bebida e as populações locais selecionavam ou rejeitavam esses objetos com base na funcionalidade deles para as suas tradições funerárias.

A crítica à centralidade da influência greco-romana na África antiga também é objeto do artigo de Otávio Vieira Pinto. Dialogando com a História Global, o autor parte do Périplo do Mar Eritreu, um texto escrito por um comerciante egípcio do século I d. C., para contestar a concepção tradicional de que o comércio e as conexões entre África e Eurásia, através do Mar Vermelho, foram invenções ou imposições greco-romanas. Pelo contrário, as diversas rotas estabelecidas entre os portos mencionados no texto eram ancestrais e configuravam níveis variados de contatos entre os nós de uma rede multipolar. Desta maneira, o autor demonstra como é possível ver as relações Afroeuroasiáticas para além do romanocentrismo e do retrato de um império dominado pelo centro civilizacional, valorizando a perspectiva global da conectividade.

Embora as visões acadêmicas sobre a Antiguidade do vale do Nilo tenham tratado de afastar o vale do Nilo de suas raízes africanas, vozes dissonantes já pintam um retrato distinto há um século pelo menos. O artigo de Vanessa Davies nos mostra um exemplo disto, com uma análise que parte principalmente das intervenções de Amy Jacques Garvey e Marcus Garvey nos Estados Unidos da década de 1920, a partir de fontes como seus textos no periódico *The Negro World*. Mesmo excluídos do sistema acadêmico branco, intelectuais negros estabeleceram as bases de uma leitura anticolonial sobre a África Antiga em diálogo com aquilo de mais moderno que disciplinas acadêmicas como a História ou a Egíptologia produziam na época. Davies mostra como o casal Garvey se inseriu no debate sobre a raça dos antigos habitantes do vale do Nilo a partir do *boom* causado pela descoberta da tumba intacta de Tutankhamon, contestando o trabalho de autores como George Reisner, que interpretaram os resultados das suas escavações no Egito e na Núbia através das lentes racializantes dos Estados Unidos do início do século XX, elaboradas segundo uma ideologia supremacista branca (ver Minor 2018). Citando lideranças do movimento negro como o brasileiro Abdias do Nascimento, a autora reivindica brilhantemente o caráter político do conhecimento sobre o passado distante, indicando sua capacidade de servir contra o “pano de fundo das realidades do colonialismo e da escravidão” e mostrando que a história pode e deve oferecer conforto, cura e esperanças àqueles que sofrem.

Se o artigo de Vanessa Davies apresenta o poder das representações do passado africano antigo a partir das reivindicações do movimento negro do século XX, o texto de Salomé Fernández-Toribio mostra como o trabalho da arqueologia no vale do Nilo teve e continua tendo consequências drásticas para as populações locais. Tomando o exemplo da Campanha da UNESCO para a salvação do patrimônio histórico durante a construção da represa de Assuã durante a década de 1960, Fernández-Toribio dialoga com a Antropologia de Resgate e a Arqueologia Colaborativa assumindo uma abordagem pós-colonial de envolvimento com as populações locais, dando a elas ferramentas para gerir seu patrimônio cultural e reconstruir seu passado. A partir desta abordagem, a autora demonstra como a própria construção da identidade cultural núbia foi fruto da construção da represa e o deslocamento forçado dos habitantes nativos.

O passado, o presente e o futuro seguem em disputa. Apesar da violência física e intelectual da colonização, a forma como vemos o passado antigo do nordeste da África sempre foi uma bússola para orientar os sentidos que traçamos no tempo. A organização

deste dossiê é uma tentativa de construir sentidos mais emancipatórios para essas histórias, em busca de futuros livres do racismo e de todos os efeitos da colonialidade.

Fábio Frizzo

Maria Thereza David João

Rennan Lemos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Manzo, A. (2017). “Architecture, Power, and Communication: Case Studies from Ancient Nubia”. *African Archaeological Review* 34 (1), p. 121–143. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10437-016-9239-6>.
- Gatto, M. C. (2019). “The Later Prehistory of Nubia in Its Interregional Setting”. In *Handbook of Ancient Nubia*, edited by D. Raue, p. 259–292. Berlin: De Gruyter.
- Lemos, R. & Budka, J. (2021). Alternatives to colonization and marginal identities in New Kingdom colonial Nubia. *World Archaeology*, 53(3), p. 401–18.
- Minor, E. (2018). Decolonizing Reisner: a case study of a Classic Kerma female burial for reinterpreting early Nubian archaeological collections through digital archival resources, in *Nubian Archaeology in the XXIst Century*, ed. Honegger, M. Leuven: Peeters, p. 251–62.
- Moreno García, J.C. (2015). “The Cursed Discipline? The peculiarities of Egyptology at the turn of the Twenty-first century”. In *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, edited by Carruthers, W., p. 50-63. New York: Routledge.
- Smith, S.T. (2003). *Wretched Kush: Ethnic identities and boundaries in the Egyptian Nubian empire*. London: Routledge.
- Smith, S.T. (2014). Gift of the Nile? Climate Change, the Origins of Egyptian Civilization and Its Interactions within Northeast Africa. In *Across the Mediterranean – Along the Nile: Studies in Egyptology, Nubiology and Late Antiquity Dedicated to László Török on the Occasion of His 75th Birthday*, Vol. 1, eds. T. A. Bács, Á. Bollók and T. Vida, 325–345. Budapest: Hungarian Academy of Sciences.
- Wengrow, D., Dee, M., Foster, S., Stevenson, A. & Ramsey, C.B. (2014). “Cultural convergence in the Neolithic of the Nile Valley: a prehistoric perspective on Egypt's place in Africa”. *Antiquity*, 88, p. 95–111.
- Wengrow, D. (2010). *What makes civilization? The Ancient Near East and the future of the West*. Oxford: Oxford University Press.
- Wengrow, D. (2003). “Landscapes of Knowledge, Idioms of Power: The African Foundations of Ancient Egyptian Civilization Reconsidered”. In *Ancient Egypt in Africa*, edited by Andrew Reid and David O'Connor, p. 121–135. Routledge.
- Köhler, Christiana (2010). Theories of State Formation, in: W. Wendrich (ed.), *Egyptian Archaeology*. Oxford: Willey-Blackwell, p. 36-54.
- Carruthers, W. (2020b). Archaeological (non?) alignments: Egypt, India, and global geographies of the post-war past. *South Asian Studies*, 36(1), p. 45–60.